

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2012, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Fluxo de Caixa, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("TP Norte") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores. **SETOR ELÉTRICO. O Sistema de Transmissão Interligado Nacional.** As primeiras linhas de transmissão foram implantadas pelas concessionárias de distribuição para ligar sua geração própria aos consumidores de sua área de atuação. A partir da década de 50, o Estado interveio constituindo empresas com o propósito de implantar e operar grandes parques de geração. Essas empresas (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) eram responsáveis também pela maioria das extensas linhas de alta tensão que transportavam a energia gerada aos centros de consumo. O restante do sistema interligado era composto por linhas de empresas de distribuição, atuando em suas respectivas áreas de concessão. A partir da criação da Eletrobrás, na década de 60, a expansão da geração e transmissão começa a ser planejada de modo a otimizar o atendimento ao mercado. A rede de transmissão em alta tensão que então se formava, interligando as usinas geradoras (de concessionárias de geração e distribuição) aos mercados consumidores (concessionárias distribuição e grandes consumidores) passa a ser chamada Sistema Interligado. Em 1973 é constituído o GCOI - Grupo Coordenador para Operação Interligada - promovendo mecanismos de cooperação entre as empresas e o uso racional das instalações com baixos custos operacionais. O GCOI foi o embrião do atual ONS. A operação centralizada do Sistema Interligado tem como base a interdependência operativa entre as usinas, a interconexão dos sistemas elétricos e a integração dos recursos de geração e transmissão para o atendimento ao mercado. A interdependência operativa deriva do aproveitamento conjunto dos recursos hidrelétricos, através da construção e da operação de usinas e reservatórios localizados em sequência em várias bacias hidrográficas. A geração em cada um desses subsistemas é majoritariamente hidráulica. Embora a estação chuvosa seja a mesma em quase todo o país (dezembro a abril), há diferenças na intensidade das precipitações: na região Norte, as chuvas são mais intensas e homogêneas ao longo do ano; já no Nordeste os meses secos podem ser muito rigorosos. Tal fato motivou os projetos de interligação Norte-Sul e Norte-Nordeste licitados nos últimos anos que permitiu a transferência de energia dos sistemas hídricos das regiões Norte (bacia do Tocantins) e Sul (principalmente Itaipu) para as regiões Sudeste e Nordeste. A partir da década de 90, o Governo passa a patrocinar a mudança do modelo energético. Sob o novo modelo, tem-se a cisão dos negócios Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, bem como

a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação). A maioria das empresas de distribuição é privatizada. Novas licitações são feitas para exploração de usinas geradoras e construção e operação de novas linhas de transmissão. A implantação do novo modelo do sistema elétrico impacta a rede de transmissão e seus operadores de forma especial. Passa a ser considerada como concessionária de transmissão a empresa responsável pela operação de linhas pertencentes à Rede Básica. Essas empresas têm remuneração própria, ao longo do período de concessão, independente da carga transportada e vinculada ao investimento na implantação e à disponibilidade das linhas. Pretende-se com o novo modelo facilitar a entrada de novos players no negócio Transmissão, aumentando a concorrência e a especialização. Através desses novos investimentos espera-se ampliar a capilaridade da rede de transmissão, com melhoria na confiabilidade e flexibilidade operativas. **O Segmento da Transmissão.** Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram ao recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50%. Após a entrada do governo Lula, modificações foram feitas no modelo de licitação de novas linhas, as principais sendo a transferência, para o Ministério de Minas e Energia, do gerenciamento das licitações e a permissão de que as concessionárias federais concorram aos leilões, desde que associadas e com participação minoritária. De modo geral, entretanto, essas modificações foram pequenas, não alterando a essência do modelo. O ONS tem cumprido dois papéis: o de coordenar a operação da Rede Básica e gerenciar o acesso de novos usuários, e o papel de nortear a expansão da Rede Básica no horizonte de 3 anos, indicando a transmissão necessária em cada região e os limites interregionais. O planejamento em horizonte superior a 3 anos, indicando as soluções estruturais para o sistema de transmissão, é de responsabilidade da EPE. Sendo a geração majoritariamente hidroelétrica, as novas linhas têm tido a função de integrar as bacias, transferindo grandes blocos de energia para regiões com escassez de chuva. A transmissão funciona assim como uma usina virtual, lançando mão da diversidade dos regimes de chuvas e vazões dos rios das principais bacias hidrográficas. Dados do ONS indicam que, desde 1998, a taxa de crescimento da rede evoluiu de 0,8% para 3% ao ano e os limites de transferência entre Itaipu/Região Sul para a Região Sudeste triplicaram, enquanto os das Regiões Norte/Sudeste para a Região Nordeste mais do que quadruplicaram. **A Matrinchã.** A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("MTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 15º an-

dar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico-SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09/03/2012. O contrato de concessão com a ANEEL foi assinado no dia 10.05.2012 com o prazo de 32 meses para entrada em operação. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 quilômetros de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso. Em 31/12/2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 20.501.000,00, dividido em 20.501.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração de Energia S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

Acionistas			
State Grid Brazil Holding S.A.		51%	
Copel Geração de Energia S.A.		49%	
		100%	

O Objeto de nossa Sociedade é a prestação de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. **EXERCÍCIO 2012.** Em 2012, a Matrinchã encontra-se em fase de construção. **Agradecimentos.** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais conhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 14/03/2013. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PERÍODO DE 14 DE MARÇO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais)

	2012
Atividades operacionais	
Lucro líquido do período	172.460,62
Aumento nas contas do ativo	
Adiantamentos	(262.582,58)
Tributos a recuperar	(20.204,06)
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	(7.732.794,11)
Aumento nas contas de passivo	
Fornecedores	329.283,44
Salário e encargos	103.793,38
Impostos e contribuições sociais	95.475,39
Retenções contratuais	86.231,50
Outros passivos	510,00
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(7.227.826,42)
Atividades de financiamento	
Dividendos propostos	81.918,80
Dividendos pagos	(81.918,80)
Integralização de capital	20.501.000,00
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	20.501.000,00
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.273.173,58
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.273.173,58
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.273.173,58

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 14 DE MARÇO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais)

	Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro acumulado
	1.000	-	-	1.000
Integralização de capital com emissão de 5.500.000 ações em 18 de maio de 2012	5.500.000	-	-	5.500.000
Integralização de capital com emissão de 15.000.000 ações em 8 de outubro de 2012	15.000.000	-	-	15.000.000
Lucro líquido do período	-	-	172.461	172.461
Reserva legal	-	8.623	-	(8.623)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(81.919)
Retenção de lucros	-	-	81.919	(81.919)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	20.501.000	8.623	81.919	20.591.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO DE 14 DE MARÇO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais)

	Nota	2012
Receita de construção		7.732.794,11
Custo de construção	9	(7.554.465,94)
Lucro bruto		178.328,17
Despesas operacionais		(169.535,39)
Pessoal e administradores		(105.520,00)
Despesas administrativas		(12.366,33)
Material		(3.086,98)
Serviços de terceiros		(22.492,68)
Arendamentos e alugueis		(24.000,60)
Tributos		(2.068,80)
Lucro antes do resultado financeiro		8.792,78
Resultado financeiro		163.667,84
Receita financeira		
Receitas de aplicações financeiras		165.566,42
Despesa financeira		
Juros		(1.898,58)
Lucro líquido do período		172.460,62

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 14 DE MARÇO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais)

Constituição da Companhia e integralização de capital em 14 de março de 2012		1.000
Integralização de capital com emissão de 5.500.000 ações em 18 de maio de 2012		5.500.000
Integralização de capital com emissão de 15.000.000 ações em 8 de outubro de 2012		15.000.000
Lucro líquido do período		172.461
Reserva legal		(8.623)
Dividendo mínimo obrigatório		(81.919)
Retenção de lucros		81.919
Saldos em 31 de dezembro de 2012		20.591.542

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais)

1. Informações gerais. A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("MTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 15º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico-SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão.** A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 quilômetros de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso. **2. Resumo das principais práticas contábeis.** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Administração em 14 de março de 2013. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia esta em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentando arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **2.1. Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **2.2. Receita operacional.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **2.2.1. Receita de concessão.** a) **Receita de construção.** A interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. b) **Receita financeira de concessão.** A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). **2.2.2. Receita de Juros.** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.3. Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a) **Ativos financeiros.** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. b) **Passivos financeiros.** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. c) **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter reversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante

risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **2.5. Ativo financeiro indenizável.** Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica em consonância com o ICPC 01 (R1). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente. A Companhia reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados a concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGP/M. Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva. **2.6. Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.7. Tributação.** Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pela tributação pelo lucro presumido. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta. O imposto de renda é computado sobre o lucro presumido pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro presumido, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.9. Compromissos com o meio ambiente.** Mediadas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado. **2.10. Demonstração dos fluxos de caixa.** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

	31/12/2012
3. Caixa e equivalentes de caixa	13.273.173,58
Bancos conta movimento	2.623,29
Fundo de caixa	11.571,17
Aplicações financeiras	13.258.979,12
Total	13.273.173,58

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente reversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	31/12/2012
4. Adiantamentos	16.582,58
Adiantamento a funcionários	246.000,00
Adiantamento a fornecedores	262.582,58
Total	262.582,58

Os adiantamentos a funcionários são relativos às necessidades de viagens e às prestações de contas são efetuadas em um período não superior a 20 (vinte) dias. Os adiantamentos a fornecedores representam o repasse feito através de contratos para fornecedor responsável pelo planejamento, gerenciamento e supervisão do projeto. O valor será compensado com as medições a serem apresentadas pelo fornecedor e aprovadas pela Companhia. **5. Contas a receber - ativo financeiro indenizável.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: ► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Par-

cela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente; (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O montante total a receber acumulado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 7.732.794,11 classificado no ativo não circulante.

	31/12/2012
6. Fornecedores	329.283,44
Engfoto Engenharia	154.209,32
Aeroimagem Engenharia	154.209,32
Outros	20.864,80
Total	329.283,44

7. Retenções contratuais. O valor de R\$86.231,50 refere-se a retenção contratual do fornecedor, Novo Norte Engenharia e Construção Ltda., e será restituído quando da conclusão do serviço contratado. As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos e não tem previsão de alteração por encargos. **8. Patrimônio líquido.** a) **Capital social.** Em 14 de março de 2012, através da Assembleia Geral de Constituição da Companhia foram subscritas 1.000 (mil ações) ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas naquela ocasião. Em 18 de maio de 2012, através da Assembleia Geral Extraordinária foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 5.500.000,00, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 5.500.000 de novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, passando o Capital Social de R\$1.000,00, para R\$5.501.000,00. Em 8 de outubro de 2012, através da Assembleia Geral Extraordinária foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 15.000.000,00, proporcional a participação acionária de cada sócio, com a emissão de 15.000.000 de novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1,00 cada, passando o Capital Social de R\$5.501.000,00, para R\$20.501.000,00. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 20.501.000,00, dividido em 20.501.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

State Grid Brazil Holding S.A.	51%
COPEL Geração e Transmissão S.A.	49%
	100%

b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do período, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	172.460,62
Lucro líquido do período	172.460,62
Reserva legal (5%)	(8.623,03)
Base para cálculo do dividendo mínimo	163.837,59
Dividendo mínimo obrigatório	81.918,79

9. Custos de construção. Refere-se aos custos incorridos para a construção e implantação das linhas de transmissão, sendo os principais (i) custos de pessoal; (ii) serviços de terceiros e despesas com seguros, conforme contrato. Os gastos incorridos no ano de 2012 totalizam R\$ 7.554.465,94. Os custos de pessoal incluem em salários e os encargos, incluindo provisões de 13º salário e férias, do pessoal que atua nas unidades operacionais de construção. Os serviços de terceiros são referentes aos gastos com a contratação de empresas e profissionais para atendimento a construção da rede de transmissão contratada. Os principais trabalhos contratados são relacionados a consultoria de análise de engenharia e equipamentos e estudos e projetos. O valor referente a seguros esta relacionado com a despesa inicial prevista no edital para garantir a conclusão do projeto. As despesas operacionais estão relacionadas aos gastos da administração central e que não estão diretamente relacionados com a operação. **10. Instrumentos financeiros.** **10.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria.** A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	
			Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.273.173,58	13.273.173,58
Adiantamentos	262.582,58	-	262.582,58
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	7.732.794,11	-	7.732.794,11
	7.995.376,69	13.273.173,58	21.268.550,27

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2012
Passivos financeiros	329.283,44
Fornecedores	329.283,44
Salários e encargos	103.793,38
Impostos e contribuições sociais	95.475,39

10.2. Gestão de risco. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de

caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos ambientais. As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. **10.3. Avaliação dos instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros constantes do balanço

patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **11. Cobertura de seguros.** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Marcos Freitas de Sousa - Diretor Presidente
Francisco Roberto Höpker - Diretor
Ronaldo Borges Andrade - Contador - CRC 051.927/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.** Rio de Janeiro, Brasil. Examinamos as demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período compreendido entre 14 de março (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção rele-

vante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 14 de março e 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 14 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Felipe C. Rodriguez
Contador CRC - 1RJ 097.455/O-7